

28 MAR 1995

Os desafios ao plano de estabilização

da The Economist

Foram três duros meses para Fernando Henrique Cardoso. No ano passado, ele era o político mais estimado do Brasil, o ministro da Economia que reduzira a inflação e, quase por esse único motivo, ganhou a Presidência. A lua-de-mel depois que ele assumiu o mandato no início de janeiro durou cerca de 100 minutos. E na semana passada um dos arquitetos do plano antinflação, Pêrsio Arida, presidente do Banco Central, estava depondo no Congresso para salvar seu emprego.

Seu problema foi a confusão desvalorização da moeda no início deste mês. A nova moeda do Brasil, o real, vinha sendo mantida artificialmente valorizada desde que Cardoso a criou, em julho passado. Alta demais, pensavam alguns. Lançada ao par com o dólar, aumentou instantaneamente para cerca de US\$ 1,20. Por volta de fevereiro os preços brasileiros haviam aumentado 20%, mas o real permaneceu exatamente onde estava. Isso manteve baixos os custos das importações e assim restringiu os preços em geral. Até aí, tudo bem.

No início deste mês, no entanto, os homens do dinheiro de todo o mundo sofreram um novo golpe com a súbita moeda do México, e depois com o íntimo parceiro comercial do Brasil, a Argentina. O real estava na linha de fogo. A desvalorização era inevitável. É para gerir esse tipo de coisa que se pagam administradores de bancos centrais. Pêrsio e seus homens — e não apenas porque eles não estavam de acordo entre si — a administraram mal. Um anúncio malfeito de um nível novo, mais baixo, para o real, levou a uma debandada. O banco gastou vários bilhões de dólares apoiando a taxa de câmbio,

e ainda assim teve de aceitar um nível bem abaixo do que havia pensado a princípio.

O pior veio depois. Algumas pessoas haviam sabido da desvalorização antecipadamente, reclamou Antônio Delfim Netto, antigo ministro da Economia. Ele é um entre vários outros, e bastante conhecido por castigar seus sucessores. Mas ele foi um ministro notável, e agora, como parlamentar, ainda tem muito peso. Logo vários nomes estavam sendo citados a respeito. Disparate, disse Arida, mas a 17 de março rumores diziam que ele pediria demissão. Era inverídico e foi prontamente negado. Mas, por volta do dia 20, Cardoso teve de garantir à imprensa que Arida tem seu "completo apoio".

Aos não brasileiros e não banqueiros, tudo isso pode parecer uma tempestade em copo d'água. Era de fato a espuma de uma grande vaga. A bandeira de Cardoso, seu programa antiinflação, está agora correndo risco com a queda do real. Mas o programa já estava correndo riscos, porque seu sucesso a longo prazo exige uma porção de reformas simultâneas — e tais reformas ameaçam quase todos os interesses a vista. Nabalos e trabalhadores, funcionários públicos e empresas oligopolizadas, empresas estatais e governadores de estado: todos precisam passar por uma reforma para que a emperrada economia e sociedade injusta do Brasil possam ser corrigidas. E o Congresso através do qual, para muitas coisas, Cardoso tem de atuar está cheio de amigos deles.

E menos cheio de amigos de Cardoso. Seu próprio partido "social democrata", PSDB, tem dez membros num Senado de 81, e 64 deputados numa Câmara de 513. A aliança eleitoral que o ajudou a chegar ao poder inclui dois

partidos muito maiores, o PMDB (centrista) e o PFL (neoliberal), e um menor, o PTB ("trabalhista" no nome, centro-direita de fato). Mais tarde ele acrescentou o PPR ("progressista", realmente centro-direita). Em teoria essa aliança dá ao presidente os 60% de apoio em cada Casa que ele precisa para a reforma constitucional. De fato, não apenas parece mas é uma balbúrdia de siglas: uma confusão de interesses reunidos por pouca ideologia e ainda menos disciplina partidária.

Cardoso pode ter assegurado alguma coesão ao enfatizar seu apoio popular: eleito com 54% dos votos, ele tinha 70% da popularidade nas pesquisas de opinião pública antes de assumir o posto. Num prazo de poucas semanas o número estava reduzido à metade. Ele havia oferecido pouca liderança e havia feito pouco para demonstrar vigor. Então foi a uma cadeia nacional de televisão para anunciar duas decisões: corretamente, vetaria uma elevação do salário mínimo; incorretamente, aprovaria uma anistia votada pelo Congresso pra salvar um de seus próprios membros transviados. A Nação ficou perplexa com ambas.

Enquanto publicitários eram convocados a Brasília para repolir a imagem do presidente, o Congresso não estava de humor pacífico. Nem o problema veio da oposição nominal. O partido de Cardoso foi deixado de lado por seus aliados maiores na corrida pela presidência das comissões. Do PFL, o senador Antonio Carlos Magalhães, um chefe político à antiga que, como alguns velhos navios de guerra, ainda carrega uma trovejante artilharia, lançou uma descarga na proa das reformas de Cardoso. Para o PMDB, seu líder no Senado patrocinou neste mês uma moção pare-o-

mundo limitando as taxas reais de juro a 12% ao ano, enquanto o porta-voz do Senado — José Sarney, um antigo presidente brasileiro — adiava a votação das "medidas provisórias" que os presidentes brasileiros usam a fim de abrir caminho. E o incômodo Delfim Netto? Ele pertence, teoricamente, ao PPR.

O próprio PSDB de Cardoso não esteve em sua melhor forma. Um governador de estado prestativo pode enviar sinais fortes aos parlamentos rebeldes; o principal governador do PSDB e do País, Mario Covas, do Estado de São Paulo — correspondente no Brasil à soma de New York com Illinois — logo estava atacadado com Arida e com o ministro da Economia por causa de seus alagados Tesouro e banco do estado. O presidente do partido perdeu uma escaramuça com seu secretário-geral e renunciou ao cargo neste mês.

Nada disso prova que, após chegar tão longe, o programa de Cardoso esteja para fracassar. Ele adquiriu experiência política para conduzir suas relações com o Congresso, não muito brilhantemente administradas por sua própria equipe. Isso não poupou uma proposta decisiva para a reforma do bem-estar social de um perigoso contra-tempo regimental nesta semana. Mas, por enquanto, o real parece razoavelmente estável, e as audiências de Arida no Congresso não foram assim tão áspersas. O Brasil tem hoje a melhor administração em anos; e mesmo os que agora a estão obstruindo sabem que não há realmente outro caminho à frente, além da maior abertura dos mercados e sociedade que a administração propõe. Mas, na melhor hipótese, aos três meses tempestuosos de Cardoso se seguirão muitos outros.